



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

A cor da mão invisível: “Você conhece um economista racista?”

Edinaldo Pereira dos Santos Junior¹

Isadora Freire Camargo²

Resumo: O presente trabalho analisa a formação em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Espírito Santo a partir da questão racial, articulando experiências concretas dos autores com os debates surgidos em grupos de estudos e disciplinas. Parte-se da hipótese de que o curso reproduz uma tradição que marginaliza raça como categoria analítica, o que se expressa tanto em episódios de racismo quanto na estrutura curricular. A análise evidencia a ausência de abordagem sistemática do tema nas disciplinas e destaca o papel de iniciativas discentes e espaços extracurriculares na incorporação crítica dessas discussões, apontando a necessidade de mudanças institucionais.

Palavras-chave: economia; Ufes; estrutura curricular; racismo.

The color of the invisible hand: “Do you know a racist economist?”

Abstract: This study analyzes the undergraduate program in Economics at the Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) from a racial perspective, articulating the authors' concrete experiences with the debates developed in study groups and academic courses. It is based on the hypothesis that the program reproduces a tradition that marginalizes race as an analytical category, expressed both in episodes of racism and in the curricular structure. The analysis highlights the absence of a systematic approach to the topic in the curriculum and emphasizes the role of student-led initiatives and extracurricular spaces in critically incorporating these discussions, pointing to the need for institutional changes.

Keywords: economics; Ufes; curricular structure; racism.

1. Introdução

O que acontece quando o silêncio sobre o racismo é repetido ao longo de nove semestres? Este artigo resulta de reflexões desenvolvidas ao longo de nossa trajetória no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), especialmente a partir dos debates realizados no Grupo de Estudos em Pensamento Afro-Latino Americano (Gepala), do qual somos integrantes, e na disciplina Pensamento Econômico, Político e Social Brasileiro, que cursamos durante o semestre 2025/2. A investigação parte da contradição observada no próprio processo formativo do curso: enquanto o Brasil e sua história aparecem desde o início como território de

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Email: edinaldo.santos@edu.ufes.br

² Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Email: isadora.camargo@edu.ufes.br

conquista onde raça é uma dimensão constitutiva, o ensino da Economia tende a tratá-la como um dado periférico, um recorte parcial ou de caráter “identitário”.

Nossa hipótese central é que a formação do economista no Brasil não constitui um processo neutro, mas se desenvolve no interior de uma tradição intelectual e institucional marcada por hierarquias raciais e sociais. Nessa tradição, é possível remontar a autores como José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, responsável pela introdução e difusão de parte da Economia Política clássica no Brasil. A leitura de Adam Smith realizada por Cairu desenvolve-se, contudo, no interior de uma formação social sustentada pela escravização colonial. Em certa medida, o mesmo movimento reaparece ao longo da história do pensamento econômico brasileiro, frequentemente marcado pela incorporação de formulações teóricas e modelos de desenvolvimento produzidos a partir de referenciais europeus e estadunidenses, muitas vezes dissociados das determinações raciais constitutivas da formação social brasileira.

Parece-nos que a forma contemporânea assumida pelo ensino e pelo estudo da Economia herda uma postura intelectual subalterna, que reflete justamente a estrutura hierarquizante já mencionada. Nesse movimento, tornam-se possíveis tanto a reprodução de formas implícitas e explícitas de racismo, quanto o apagamento das relações raciais como chaves de leitura relevantes.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar de que modo esse processo formativo pode explicar a recorrência de episódios de discriminação no cotidiano universitário e, simultaneamente, como tais episódios revelam os limites da própria formação econômica. Interessa-nos, sobretudo, refletir sobre os mecanismos pelos quais o ensino de Economia produz silêncios em torno da questão racial, o que implica tensionar o currículo a partir das fissuras entre a teoria econômica e a realidade social vivida. Assim, faz-se possível compreender a razão de questionarmos qual a cor da mão invisível.

2. Racismo, estrutura curricular e formação em Economia

A partir da experiência discente no curso de Ciências Econômicas da Ufes, entre 2023 e 2025, expomos casos que evidenciam a urgência de uma abordagem estrutural da questão racial. Com isso, não objetivamos individualizar condutas específicas, mas compreender de que modo o silêncio recorrente diante desses episódios pode produzir formas de coesão entre professores e estudantes no que tange ao racismo.

Iniciamos pela dimensão digital da sociabilidade acadêmica, marcada pela centralidade adquirida pelas plataformas das *Big Techs* na comunicação universitária contemporânea. No curso de Economia da Ufes, temos no *WhatsApp* um grupo geral com quase 500 membros, além de uma comunidade destinada a grupos específicos para todas as disciplinas e monitorias. Tais grupos frequentemente extrapolam a comunicação oficial da universidade, circulando informações essenciais para o cotidiano de discentes, docentes, funcionários e da comunidade universitária em geral.

Nesses espaços presenciamos práticas de racismo e xenofobia entre estudantes. Em grupos de turmas específicas, presenciou-se a estigmatização recorrente de colegas oriundas da região Nordeste e, em 2023, a simulação de um leilão de um colega negro, com a estipulação de preços e condições de troca. Após o episódio, foram colados pelos corredores da universidade cartazes com a pergunta: “Racismo Econômico: Você conhece um economista racista?” (Figura 1), alguns dos quais permanecem afixados até hoje.

Figura 1 – Cartazes “Racismo Econômico” colados nos corredores



Fonte: Fotografias dos autores (2026).

O *Instagram* também atua como termômetro de capilaridade e visibilidade para projetos, grupos de estudos, eventos, chapas eleitorais, etc. Nas eleições para o Centro Acadêmico Livre de Economia (CALECO) de 2023/2024, a disputa digital revelou práticas discriminatórias graves: um membro de uma das chapas utilizou a ferramenta “Melhores Amigos” para expor e ironizar a única mulher negra da chapa oponente. A repercussão do vídeo resultou na retirada da chapa envolvida da eleição, além do desligamento desse estudante de um projeto de extensão do qual fazia parte.

No entanto, ao adentrarmos o espaço físico da universidade, o racismo pode adquirir contornos institucionais marcados por uma assimetria de poder que silencia as vítimas e naturaliza certos discursos proferidos por aqueles responsáveis pela avaliação acadêmica e simbólica dos alunos. A história recente do curso acumula episódios marcantes tanto pelo conteúdo ofensivo quanto pela baixa repercussão junto ao corpo docente e às instâncias formais da universidade. O episódio de maior visibilidade pública envolveu um professor do Departamento de Economia, acusado de afirmar que prefere o atendimento de um médico branco ao de um médico negro cotista (Ufes, 2014).

Em nossa trajetória no curso, contudo, testemunhamos episódios mais recentes. Em um deles, um docente declarou, em tom jocoso, que não poderia dizer que “a África é pobre” em outra disciplina que ministrava, pois nela havia um estudante africano. Da mesma forma, uma professora de outro departamento, que também ministra aulas na Economia, declarou na sede da Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) que a qualidade da universidade havia decaído desde a implementação das cotas. Esse caso foi, ao menos, motivo de nota de repúdio no *Instagram* e no *site* do Sindicato:

Na presença de docentes negras, foram proferidas, por docentes brancas/os, frases injuriosas sobre estudantes negras e negros com o uso da expressão “essa negrada” e “burros”. Na presença de docentes negras, foram feitas afirmações racistas de que uma universidade para todas/os não existe e que às/aos estudantes negras e negros deveriam ser destinados cursos não acadêmicos. [...] Não admitiremos que atos racistas ocorram em lugar algum, em especial na universidade e na sede do sindicato, que são espaços que deveriam ser potência para a luta antirracista e não a extensão afrontosa da chaga racista que percorre toda a nossa história. A diretoria da Adufes informa que está tomando as providências necessárias para que seja exposta e confrontada a lógica da branquitude arrogante, perversa e escravagista, que ganha expressão em atitudes e falas como as que foram feitas pelos docentes nas ocasiões relatadas. (ADUFES, 2023)

Esses episódios demonstram que o problema ultrapassa atitudes individuais, remetendo à própria organização do curso de Ciências Econômicas e da universidade. Surge, então, uma questão incontornável: onde se colocam a África e o negro no currículo? A questão não é simplesmente verificar se o tema da África, da escravidão ou do racismo aparece em algum momento da graduação. O ponto central é distinguir entre uma presença episódica e uma incorporação estrutural, isto é, a presença da raça como categoria analítica reconhecida na formação do economista.

Essa distinção é fundamental porque um currículo pode, formalmente, conter autores ou aulas que mencionem a escravidão ou a questão racial, sem que isso implique reconhecer o racismo como elemento constitutivo da formação econômica brasileira. Quando o debate depende da sensibilidade particular de um professor ou da provocação dos estudantes, ele deixa de ser parte da estrutura e passa a ocupar um lugar contingente.

Diferente das licenciaturas, que possuem a disciplina “Educação das Relações Étnico Raciais” (ERER) como optativa e em alguns casos como obrigatória, o curso de Economia mantém a temática como periférica. Assim, a compreensão sobre o papel do negro e da África fica restrita a ementas que os tratam como resíduos, ignorando experiências que já integram “Desigualdades de Raça, Gênero e Renda” como eixos obrigatórios³. Vale mencionar que, embora exista a obrigatoriedade da temática com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (CNE/CP, nº 1 2004 e Parecer CNE/CP nº 3/2004), ela se encontra presente no Projeto Pedagógico de Curso do bacharelado em Ciências Econômicas da Ufes apenas de forma protocolar.

Nesse sentido, notamos a necessidade de analisar a organização da estrutura formal do curso, em especial a partir das ementas das disciplinas e de experiências vividas ao longo da graduação. Ainda que as disciplinas assumam abordagens distintas conforme o semestre letivo e o docente responsável, é possível identificar continuidades relevantes nos conteúdos mobilizados. O curso organiza-se em torno de disciplinas de História Econômica Geral e do Brasil, Economia Política, Teoria Microeconômica e

³ A Universidade Federal do ABC contempla uma disciplina com este título em seu curso de Economia desde 2022.

Macroeconômica, com vieses ortodoxos e heterodoxos, além de forte base matemática e quantitativa em Estatística, Métodos Quantitativos e Econometria I e II.

Na grade de história geral, temos três disciplinas: Formação e Desenvolvimento do Capitalismo (FDC), Formação Econômica do Capitalismo Contemporâneo (FECC) e Economia Mundial Contemporânea (EMC). As ementas de FDC e de FECC fazem referência a temas como “escravidão moderna”, “transmutação do negro e do índio”, “Imperialismo/Colonialismo” e “processos de descolonização na África e na Ásia” (Ufes, 2025), enquanto em EMC não há qualquer referência a temas semelhantes. Nesse sentido, podemos destacar nossas experiências: o professor Vinicius Vieira Pereira, em FDC, além de utilizar o texto “Capitalismo e Escravidão” de Eric Williams, introduziu na bibliografia da disciplina a obra “Como a Europa Subdesenvolveu a África”; o professor Paulo Nakatani, em FECC, utilizava a obra “Revoluções Africanas”; a professora Arelys Esquenazi Borrego, também em FECC, utilizou o texto “Partilha europeia e conquista da África” e, em suas aulas, abordou recorrentemente genocídio colonial e descolonização, conferindo um viés crítico sobre raça e imperialismo.

Do outro lado, a grade de História do Brasil possui três disciplinas: Formação Econômica do Brasil I (FEB I), que aborda o período de 1500 a 1930, Formação Econômica do Brasil II (FEB II), partindo de meados de 1930 a 1985, e Economia Brasileira Contemporânea (EBC), que abrange da década de 1980 até o tempo presente. Somente na Ementa de FEB I encontramos referência à questão racial em problemáticas como “transição da mão de obra escrava para a assalariada” (Ufes, 2025). Tivemos experiências com professores diferentes nesta disciplina, Rafael Moraes e Rogério Naques Faleiros, e ambos realizaram amplo debate sobre raça, racismo, África e escravidão.

Apesar da ementa ampla e do tempo curto para um aprofundamento ideal, é em FEB I onde mais se desdobram debates com temáticas raciais no curso. Esse debate poderia ser muito mais rico se fosse possível estabelecer conexões com FEB II e EBC, que não abordam sequer de forma marginal a questão racial no Brasil. Essa ausência não é exclusiva a esses dois terços das disciplinas de história do Brasil e um terço de História Geral. Pode-se dizer o mesmo das grades de Teoria Microeconômica e Teoria

Macroeconômica, sejam as ortodoxas ou as heterodoxas, bem como da grade de Economia Política.

As vertentes ortodoxas e heterodoxas da Micro e Macroeconomia, embora diverjam sobre a natureza de um suposto equilíbrio de mercado, silenciam-se acerca das bases históricas que sustentaram tais modelos. É contraditório que a Teoria do Equilíbrio Geral tenha se consolidado no século XIX em paralelo à escravização nas Américas, ocultando que a estabilidade da oferta global de café, açúcar e ouro dependia da exploração do trabalho escravizado.

Essa dificuldade também pode ser vista nas correntes da Economia Política, pois, apesar da temática da escravidão negra aparecer na maioria dos autores como Smith, Malthus, Bastiat e Marx, há pouco conhecimento e empenho em destacar tais aspectos. Uma crítica comum e possível a este campo pode ser sintetizada em sua dificuldade de articular raça e gênero como elementos constituintes da totalidade. Em casos mais extremos, podendo até assumir a forma de propagadores do senso comum capazes de, no máximo, fornecer deduções mecânicas desdobradas do que já conhecem.

No conjunto das disciplinas quantitativas, como Métodos Quantitativos em Economia, Estatística e Econometria I e II, a temática racial pode aparecer de forma indireta na modelagem empírica de desigualdades socioeconômicas. A inclusão de variáveis que distinguem grupos raciais em modelos econométricos busca captar diferenças sistemáticas em renda, educação e inserção no mercado de trabalho, aproximando as análises da realidade social. Contudo, essa presença tende a ocorrer de maneira instrumental, sem problematização teórica sobre os processos históricos e sociais que produzem tais desigualdades, o que limita a compreensão crítica dos fenômenos captados pelos modelos.

Apesar da farta literatura sobre a questão racial disponível em plataformas como *Google Scholar* e *SciELO*, as disciplinas do curso de Ciências Econômicas passam ao largo desse debate. A ausência de disciplinas optativas sobre o tema sinaliza que esse não é um eixo considerado importante na formação do economista. A mensagem que se constrói é inequívoca: o debate racial não aparece como obrigatório, nem como campo de especialização desejável (ou sequer possível) dentro da Economia. Tal cenário se agrava ao recordarmos que o Brasil foi o país que mais recebeu negros escravizados na história da humanidade.

Na prática, a pesquisa científica dessas questões sobrevive no curso graças a esforços coletivos como os do Núcleo de Estudos Críticos do Capitalismo Contemporâneo (NECCC) — que, sintomaticamente, pertence à Pós-Graduação em Política Social e não à Economia, embora reúna docentes e discentes do curso. Dentro do núcleo, projetos como o Grupo de Estudos Mulheres, Trabalho e Sindicalismo (GEMTES) e o Gepala são fundamentais para articular raça, gênero e classe na crítica à totalidade do capitalismo.

3. Caminhos e possibilidades

Expostas algumas contradições incontornáveis na estrutura do curso de Ciências Econômicas, parece-nos importante agora apontar certos caminhos que consideramos frutíferos para a superação desse “silêncio de nove semestres”. O primeiro reside na incorporação de pensadoras e pensadores historicamente marginalizados pelo cânone intelectual dominante, como já é realizado em algumas disciplinas. O segundo caminho é a potencialização e ampliação de espaços de formação autônoma e institucional, como os grupos de estudos.

A experiência da disciplina Pensamento Econômico, Político e Social Brasileiro demonstrou a possibilidade de tensionamento do currículo a partir da combinação de autores do cânone tradicional com autores menos reconhecidos, porém fundamentais para o entendimento do Brasil. Assim, estudamos desde o racismo científico de Oliveira Vianna e o racismo culturalista de Gilberto Freyre, ao antirracismo radical de Clóvis Moura e de Lélia Gonzalez.

Apesar da profunda densidade teórica dessas formulações, elas tendem a operar quase que exclusivamente à margem da grade curricular obrigatória. Iniciativas como a do Gepala têm assumido o protagonismo na circulação e no estudo de obras capazes de tensionar ainda mais o currículo. Até o momento, nesses grupos de estudos, leu-se Frantz Fanon (2020; 2022), Walter Rodney (2022), Ailton Krenak (2019; 2022), Lélia Gonzalez (1982; 2020), Beatriz Nascimento (2021), Deivison Faustino (2020), Clóvis Moura (1989; 2020) e Veronica Gago (2020), além de outros textos que se relacionam com o pensamento afro-latino americano.

A participação nesses espaços produz um duplo movimento formativo: ao mesmo tempo em que os estudantes são transformados por essas leituras — ampliando repertórios teóricos e perspectivas analíticas —, também passam a intervir em seus próprios espaços acadêmicos, sugerindo bibliografias, pautando debates e provocando críticas a determinados conteúdos. Um exemplo desse processo é a incorporação recente de uma obra que discute África na disciplina de FDC, mencionada anteriormente. Tal obra foi lida no Gepala e, posteriormente, levada ao professor Vinícius como sugestão. Assim, ainda que situados fora da estrutura curricular formal, esses espaços coletivos demonstram capacidade de produzir efeitos concretos na circulação de ideias e na própria dinâmica do ensino.

A ausência do debate racial não significa que falem possibilidades de estudos, independentemente do paradigma estudado. A leitura do “Lugar de Negro” (Gonzalez, 1982), por exemplo, poderia ser mobilizada em discussões de Contabilidade Social. Da mesma forma questões que dialogam com a macroeconomia como “Inflação tem raça?” (Nery, 2024), formulações microeconômicas acerca da Teoria Neoclássica da Discriminação (Chadarevian, 2009) ou mesmo a leitura das barreiras raciais em Clóvis Moura diante dos debates sobre barreiras concorrenciais na Organização Industrial evidenciam outras possibilidades de leitura da questão racial no interior da Economia.

Ainda assim, a amplitude dessas possibilidades esbarra em uma questão elementar: existe espaço efetivo para a questão racial na bibliografia de docentes e pesquisadores da Economia? Na música “É mesmo incrível”, GOG (1997) sintetiza essa inquietação ao refletir sobre a ausência da população negra em determinados espaços sociais, apesar de sua presença constante nas formas mais violentas da desigualdade brasileira.

A partir desta assustadora ausência, vislumbra-se para os estudantes um caminho que, na maior parte das vezes é autônomo, construído em silêncio e à margem das disciplinas formais, caso exista a vontade de compreender a questão racial para além de sua condição periférica no currículo. Se a grade obrigatória e as optativas não oferecem um percurso estruturado, a responsabilidade pela ampliação do debate acaba recaindo sobre iniciativas discentes — seja por meio da participação em grupos de estudo, da busca por disciplinas em outros cursos, da organização de debates ou da circulação de bibliografias alternativas.

Essa situação revela uma contradição: ao mesmo tempo em que a universidade se apresenta como espaço de produção crítica do conhecimento, o aprofundamento da dimensão racial na Economia depende, em grande medida, da iniciativa individual dos estudantes. Disciplinas como a optativa Pensamento Econômico, Político e Social Brasileiro demonstram que há densidade teórica e histórica suficiente para sustentar esse debate dentro do próprio curso. Contudo, sua continuidade e integração às demais áreas permanecem limitadas.

4. Considerações finais

O curso de Ciências Econômicas da Ufes tem um grande passado pela frente: ou perpetua seu apagamento histórico, ou assume o ímpeto de intervir na realidade como um agente social relevante. Para que essa segunda via se concretize, propomos, de imediato, a criação da disciplina obrigatória de “Economia das Relações Étnico-Raciais”, bem como a exigência de critérios de diversidade racial nas bibliografias básicas como condição para aprovação de novos planos de ensino pelo Departamento de Economia.

Embora essa proposição apareça como resultado de reflexões de estudantes de graduação, ela reflete uma demanda estrutural e de construção coletiva. Aos discentes, não resta — e jamais deve restar — a postura passiva de meros consumidores de conteúdos consolidados. O que se impõe é a urgência de tensionar o currículo, disputar referências, propor leituras, ocupar e edificar espaços coletivos de formação que resistem à supressão institucional. Esse movimento, contudo, não substitui a responsabilidade da universidade. Pelo contrário, explicita a capacidade de intervenção dos próprios discentes na dinâmica do curso.

Nesse sentido, os professores ocupam posição central na responsabilidade institucional de incorporar o debate racial de forma sistemática em suas disciplinas e pesquisas, e acreditamos que há necessidade urgente de reconstrução de suas formações. A estrutura do curso, porém, carece de mecanismos de incentivo, cobrança e avaliação que orientem o corpo docente a atualizar programas e práticas pedagógicas à luz do racismo estrutural e da centralidade da população negra na formação econômica do Brasil.

Sem diretrizes curriculares específicas, formação continuada, editais direcionados ou critérios de progressão de carreira relacionados a esse eixo, a participação docente nesse debate resulta sobretudo de iniciativas individuais, trajetórias intelectuais próprias ou pressão estudantil. Nessas circunstâncias, as raras experiências em que professores revisam leituras e problematizam o racismo em sala de aula permanecem desarticuladas e insuficientes diante da totalidade do curso.

Em suma, vislumbramos poucas possibilidades de mudança estrutural enquanto a universidade e o curso não redistribuírem responsabilidades e estabelecerem o grau necessário de coerção normativa para que o debate racial se torne um eixo inegociável da formação em Economia. Espera-se, no mínimo, que os professores assumam a decisão política de reconhecerem-se como agentes da história, tensionando publicamente o lugar da África, do negro e do racismo na teoria econômica. Na ausência desse compromisso prático, a potência transformadora da docência estará fadada a iniciativas esporádicas, incapazes de forjar alterações duradouras na forma como o curso organiza seu projeto formativo.

Referências

ADUFES. **Nota da Diretoria da Adufes sobre racismo na sala do café do sindicato (alerta de gatilho)**. Vitória, 29 out. 2023. Disponível em: <https://adufes.org.br/2023/10/nota-da-diretoria-da-adufes-sobre-racismo-na-sala-do-cafe-do-sindicato-alerta-de-gatilho/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

CHADAREVIAN, Pedro C. **Elementos para uma crítica da teoria neoclássica da discriminação**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1, n. 25, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FAUSTINO, Deivison M. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2020.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOG (Genival Oliveira Gonçalves). **É mesmo incrível**. In: Periferia é Periferia. São Paulo. 1997.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo, Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago./set./out. 1994.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Tradução de Heci Regina Candiani. Apresentação de Angela Davis. São Paulo: Boitempo, 2022.

UFES. **Portal do Ementário. Ciências Econômicas - Bacharelado**. Versão do curso 2025. Disponível em:
<https://ementario.ufes.br/ementario/ementarioVersaoCurso.xhtml;jsessionid=8C42607F71ADBFE456FBBABE23C95B?c=88>. Acesso em: 12 mai. 2026.

UFES. **Professor acusado de racismo vai responder a Processo Administrativo Disciplinar**. 29/12/2014. Disponível em:
Professor acusado de racismo vai responder a Processo Administrativo Disciplinar | Universidade Federal do Espírito Santo. Acesso em: 13 mai. 2026.

UZOIGWE, G. N. **Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral**. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2, p. 21-50.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Editora Companhia das Letras, 2012.